



Departamento de Ciências Sociais

“A Questão Agrária no Brasil”

12 de agosto de 2011

Palestrante: João Pedro Stédile (Direção Nacional do MST)

Debatedor: Prof. Bruno Konder Comparato (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)

Mediador: Prof. Dr. Javier Amadeo (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)

Javier Amadeo:

Gostaria de agradecer a presença de todos vocês nesta conferência, que faz parte de uma série de eventos organizados pelo Departamento de Ciências Sociais. No início do ano o professor Milton Lahuerta proferiu a Aula Magna de início do ano letivo; em abril, tivemos a mesa redonda com o professor Chico de Oliveira e André Singer que fez um balanço do governo Lula, e em maio organizamos a mesa redonda sobre os 140 anos da Comuna de Paris, com os professores Marcos Del Roio, Valério Arcari e Atilio Borón. Nosso objetivo é trazer professores, pesquisadores e lideranças sociais para discutir temas importantes para a sociedade brasileira. Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao professor Bruno Comparato, que irá participar deste evento. O Prof. Bruno, do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp, é autor do livro “Ação Política do MST”, publicado pela Expressão Popular (2003). Gostaria de agradecer especialmente ao João Pedro Stédile, da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), nosso palestrante de hoje. Esperamos iniciar hoje um diálogo frutífero e enriquecedor entre a universidade pública e os movimentos sociais brasileiros. A universidade não pode ficar confinada entre quatro paredes, discutindo problemas que dizem respeito apenas a ela, mas deve ter abertura suficiente para trazer as problemáticas da sociedade. Nesse sentido, gostaria de novamente agradecer aos participantes do evento e, sem mais delongas, passar a palavra para o nosso palestrante, João Pedro Stédile.

João Pedro Stédile:

Boa noite, companheiras. Boa noite, companheiros. [Boa noite aos corintianos, maioria absoluta. Se tiver algum são paulino ou palmeirense, pode sair (risos)]. Agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês, me alegro que haja essa abertura e essa disposição dos professores aqui da nossa universidade, para que sejam pautados temas que, em geral, a própria universidade não trata em suas disciplinas. Alegro-me por vocês terem colocado o tema da questão agrária, que é um dos mais graves problemas brasileiros. Espero também que vocês debatam outros problemas que afetam a nossa sociedade. Porque a principal missão de uma universidade é justamente transmitir de geração em geração os conhecimentos científicos que a humanidade vai acumulando ao longo da história. Mas esses conhecimentos só são científicos quando eles procuram explicar a realidade. No entanto, se eles não explicam a realidade e não ajudam a sociedade a resolver os problemas, esses conhecimentos se transformam em diletantismo, e às vezes até em pedantismo, onde o sujeito só usa a posse do conhecimento para construir frase de efeito, para se exibir, para botar no cartão de visita: “Professor da Universidade Tal”, “Doutor não-sei-do-quê”, e na prática, esse tipo de conhecimento não serve para porcaria nenhuma. Porque esse sujeito está enganando a si mesmo, e enganando a sociedade. A universidade só tem sentido se ela conseguir ser esse espaço que acumula, reproduz os conhecimentos científicos e ajuda a sociedade a interpretar a realidade e a resolver os problemas, sejam problemas sociais, sejam problemas de ordem material também. Um arquiteto, por exemplo, tem que nos ajudar a construir casas para o povo de forma mais barata, de forma mais sustentável, mais adequada ao meio ambiente, e não apenas para ganhar dinheiro como arquiteto. Um engenheiro a mesma coisa, um matemático a mesma coisa. Todas as carreiras da universidade, por mais técnicas que às vezes pareçam, têm uma missão social importantíssima. E vocês que estão na área de humanas mais ainda, porque vocês irão trabalhar a vida inteira com o povo, para entender os problemas do povo, seja do ponto de vista sociológico, econômico ou político. A questão agrária tem tudo a ver com essa preocupação.

Combinamos aqui que vou falar por uns 30 ou 40 minutos, e depois o nosso amigo Bruno também vai fazer seus comentários. No final, estarei à disposição para comentar temas que vocês tenham interesse particular.

Vamos ao tema da questão agrária. Como eu disse, infelizmente, a universidade brasileira pouco estuda a questão agrária, ao contrário de outras universidades da América Latina, que oferecem cursos superiores e muitos programas de mestrado sobre essa questão. Aqui no Brasil não há nenhum curso superior sobre a questão agrária e não há nenhum programa de mestrado em questão agrária. No máximo, um estudante de mestrado ou de doutorado, por uma vocação

particular, escolhe a questão agrária como tema de pesquisa, e é aí que ele vai se aprofundar. Agora, em 2011, estamos organizando um mestrado em questão agrária com a Unesp.¹ Será o primeiro mestrado em questão agrária no Brasil, e só conseguimos que o Conselho Universitário da Unesp aprovasse a proposta porque convencemos a UNESCO² que existia essa lacuna no conhecimento brasileiro. Então a UNESCO fez uma parceria com a Unesp e criou uma cátedra especial e dentro da cátedra se instituiu o mestrado. E mesmo assim não conseguimos bolsas de estudo. Temos 14 estudantes-mestrandos selecionados do Brasil inteiro e não temos bolsas. Mas pelo menos vamos iniciar a longa jornada de construir o primeiro mestrado em questão agrária em uma universidade pública — pois as universidades particulares têm ainda menos interesse pela questão agrária do que as públicas. Vocês sabem que as faculdades particulares no Brasil se tornaram “lojas de ensino”, que vendem o diploma em 48 prestações, 60 prestações, dependendo do nível de renda do sujeito.

A questão agrária deveria ser um tema recorrente; mereceria ao menos compor uma disciplina nos cursos de Ciências Sociais. Ou nos cursos de Geografia, pelo menos. Mas é um tema que, apesar de envolver um grave problema da sociedade brasileira, passa longe da universidade brasileira. A razão fundamental disso é que as universidades brasileiras foram construídas para servir a elite, e a elite nunca se interessou em resolver problema de pobre. Então, para quê estudar problema de pobre, não é?

Bem, então vamos ao tema. A expressão “questão agrária”, literalmente poderia ser traduzida como “problema agrário”. Mas, em minha opinião, a literatura brasileira, por conta desse colonialismo, por falta de aprofundamento, acabou adotando uma expressão confusa por causa de um livro de Karl Kautsky que se chama “A Questão Agrária”. Nesse livro, Kautsky, que era um grande pensador e professor alemão, analisou como funcionava o capitalismo na agricultura na Alemanha. Na verdade, o nome original do livro é esse: “Como se desenvolve o capitalismo na agricultura alemã”. No entanto, quando veio para o Brasil, o livro foi traduzido simplesmente como “Questão Agrária”. Daí houve uma interpretação simplista, pela maioria dos leitores, que colocou a Questão agrária como se fosse apenas sinônimo de um problema agrário, um problema relacionado com a agricultura. Porque a palavra “agrário” vem do grego “*agros*”, que é sinônimo de “terra”. Então tudo que é relacionado com a terra, tem aquele prefixo *agr*. “Agricultura”, por exemplo, é o ato do cultivo da terra. “Agricultores”, aqueles que sabem cultivar a terra. “Agrário” é tudo o que está relacionado com a terra. Mais recentemente, aqui no Brasil, conseguimos avançar e construir um conceito mais adequado, mais científico — eu diria — e a questão agrária, então, passou a ser

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

² Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

entendida como uma área do conhecimento científico que procura estudar duas coisas.

Primeiro, se propõe a estudar como as sociedades organizam a posse, o uso e a propriedade da terra. Se algum entre vocês quiser fazer um trabalho de conclusão de curso sobre “como a sociedade brasileira organizou a posse, uso e propriedade da terra”, vai fazer um estudo da questão agrária no Brasil. E o segundo objeto de estudo da questão agrária é como a sociedade, ao longo da história, organizou a produção dos bens necessários para suas necessidades a partir da terra. O principal desses bens são os bens alimentícios. Mas as sociedades retiram outras matérias-primas da terra que também ajudam a resolver suas necessidades, para vestuário, materiais de construção, etc. que também são produzidos a partir da terra. Então, daqui para frente, quando vocês encontrarem o termo “questão agrária”, vocês devem se lembrar que a questão agrária, assim como as Ciências Sociais, a Geografia, ou qualquer outra área do conhecimento, é uma área do conhecimento científico que procura estudar: como a sociedade organiza a posse, o uso e a propriedade da terra, e como a sociedade organiza a produção dos bens a partir da agricultura.

Notem bem: *posse, uso e propriedade*. Em geral as pessoas se enganam, achando que é tudo a mesma coisa, mas não é. São coisas bem diferentes. Você pode ter a posse de uma terra e não usá-la. Por exemplo: uma mansão na beira do Guarujá, em que o sujeito tem 10 hectares e só vai lá para passear. Ele tem a posse, mas não usa. E ele pode ter a posse e o uso, e não ser o proprietário. Ou ele pode ser o proprietário de uma terra e nem ter a posse, e nem usar. Abro um parêntesis: 80 por cento... [Não tem um mapa do Brasil aqui? Uma sala de aula sem um mapa do Brasil não é uma sala de aula completa! Vamos dizer que isso se justifica porque a Unifesp é ainda uma universidade em construção. Vocês devem reivindicar: toda sala de aula tem que ter um mapa do Brasil.] O Mato Grosso aparece no mapa como aquele estado enorme; é um dos maiores estados do Centro Oeste. Está longe daqui: são cerca de 2.500 km de São Paulo a Cuiabá. Pois bem: 50 por cento dos proprietários de terra no estado do Mato Grosso moram na cidade de São Paulo. A maioria deles, inclusive, não conhece a sua fazenda. O proprietário só tem lá um capataz, um administrador. Tem uma família famosa que mora nos Jardins, os Junqueira, que são proprietários de 34 fazendas no Mato Grosso. Uma vez nós ocupamos uma delas, lá perto de Rondonópolis, e eu fui depois nessa ocupação e perguntei para o capataz:

— Quem é o teu patrão?

Ele ficou todo nervoso, viu aquele tanto de gente, e disse:

— Ah, é o Seu Junqueira.

— E onde ele mora?

— Ah, lá em *Sum* Paulo.

— E o senhor conhece ele?

— Não, nunca vi.

— Mas como nunca viu?

— O único que vem aqui é um administrador que vem de avião, todo final de mês, prá trazer o pagamento dos funcionários.

Então notem, o cara é proprietário, tem escritura, e nem conhece a terra — e portanto, não tem a posse e nem usa pessoalmente a terra ou mora lá com a família. Portanto, essas três condições são diferentes. Um pequeno agricultor camponês, aqui de Mogi das Cruzes, vizinho de vocês, provavelmente junta as três condições: ele é o pequeno proprietário, ele tem a posse — mora lá na terra —, e usa para plantar a verdura que ele leva até a CEAGESP. Então há situações em que se junta as três condições, mas há situações diferenciadas.

A questão agrária, portanto, estuda isso: como a sociedade organiza a posse, o uso e a propriedade da terra. E a questão agrária estuda também como a sociedade vai organizando a produção do campo ao longo do tempo, porque as condicionantes não são estáticas; elas vão mudando ao longo da história. Espero que vocês tenham aprendido na disciplina de Filosofia sobre o materialismo histórico. O materialismo histórico e a Filosofia nos explicam como é a evolução das sociedades ao longo da história da humanidade. Portanto, a Filosofia é importantíssima, pois ela nos apresenta o álbum da nossa família, a família dos humanos que habita este planeta. A Filosofia é o nosso álbum coletivo, porque nos explica como foi evoluindo a sociedade. A questão agrária depende da Filosofia, e a partir dela chegamos ao materialismo histórico, que nos mostra que a forma principal de organização de uma sociedade são os *modos de produção*, ou seja, os modos como a sociedade organiza a produção de suas necessidades materiais. Os pensadores clássicos deram os apelidos para esses diferentes modos de produção que apareceram ao longo da humanidade. O *comunismo primitivo* foi a primeira forma de organização econômica da sociedade, organizada ainda em tribos, clãs. Depois evoluiu para o *escravismo*, onde uma tribo escravizava a outra. Depois evoluiu para o *feudalismo*, e dele chegamos ao *capitalismo*, e nesses 400 anos desde seu aparecimento existiram várias fases do capitalismo. Tivemos o *capitalismo comercial*, o *capitalismo industrial*, e agora estamos vivendo a fase dominada pelo capital financeiro e pelas grandes corporações internacionais. Ou se quiserem, pelo *imperialismo*. E depois haveria uma transição para o *socialismo*, que alguns países estão tentando construir. Em suma, a forma como a sociedade vai organizando a propriedade da terra, a posse da terra, o uso da terra, depende do modo

de produção, ou seja, de como a sociedade organiza a produção de suas necessidades materiais. Então essa é a teoria geral, agora vamos para o caso da sociedade brasileira.

Se fizéssemos uma viagem no tempo, poderíamos perceber que no Brasil tivemos vários períodos distintos que se caracterizaram pelas diferentes formas de uso, posse e propriedade da terra. Muita gente acha que a forma atual sempre existiu. Na Igreja Católica se ensina que “Deus que fez assim, sempre foi assim. Sempre existiu pobre e rico, meu filho.” Bem, não é verdade. A sociedade brasileira evoluiu de várias formas. Tem um período da nossa história que quase nenhum livro menciona. Está esquecido da nossa história; é como se não existisse, porque toda história do Brasil começa em 1500. E antes? Não tinha ninguém que morava aqui? Claro que tinha, e muito tempo antes. Imagino que vocês tenham disciplinas de Antropologia.

Anotem: todo estudante de universidade brasileira, de qualquer carreira e principalmente das Ciências Sociais, deveria receber no ato da matrícula, de graça, pago pelo governo, o livro “O Povo Brasileiro”, de Darcy Ribeiro. Esse é nosso outro álbum escrito, que fala como é que foi a história do povo brasileiro. Quem ainda não leu, é obrigação. Não volto mais aqui se vocês não lerem! “O Povo Brasileiro” nos ajuda a entender, do ponto de vista antropológico, a nossa formação social e cultural, como povo brasileiro. Como é que nós surgimos, o que somos hoje, do jeito que estamos aqui nessa sala. O que a história esquece, mas que os antropólogos nos mostram, é que os primeiros “corintianos” que chegaram nas Américas, chegaram aqui 50 mil anos atrás, e vieram lá da Mongólia, atravessaram o estreito de Bering — no inverno ele fica igual a esse piso. Eles vieram caminhando e povoaram as Américas há 50 mil anos. E chegaram aqui no Brasil; temos comprovação científica da existência de seres humanos dessa época no Piauí. Pode até ter sido antes, mas no Piauí tem comprovação de que foi à pelo menos 50 mil anos. Então, até agora, a ciência chegou à seguinte conclusão: havia seres humanos habitando as Américas desde 50 mil anos para cá. Desses 50 mil anos até 1500, como é que aquele povo vivia em termos de questão agrária? Vivia no comunismo primitivo. Portanto, toda posse e uso da terra era comum. Não havia sequer o sentido de propriedade porque eles eram nômades. Quando a natureza se exauria eles iam para outra área. Notem: à 50 mil anos o nosso povo vivia de forma comunitária e nem havia a palavra propriedade. O idioma tupi-guarani não tem o verbo “ter” nem “poder”. Durante 50 mil anos, o povo brasileiro que habitou essa parte do planeta viveu sem propriedade da terra. Como eles chamavam essa terra? “Pindorama”, que é uma palavra tupi-guarani, em que “pindô” quer dizer “palmeiras” e “rama”, “território”, ou seja, “Território das Palmeiras”. A forma de posse e uso da terra em Pindorama é uma etapa que normalmente se esquece.

De 1500 a 1900 foi um segundo longo período e que caracterizou com o nome “Brasil”. E o

que aconteceu nesse território nesses 400 anos? Fomos dominados pelo capitalismo mercantil europeu. Os europeus, quando chegaram ao capitalismo mercantil, acumulavam riquezas através do comércio, daí o termo “mercantil”. Eles vieram aqui atrás de mercadorias. Para vocês terem uma ideia [de novo nos falta o mapa], naquela época, os comerciantes europeus tinham lucro de sete mil por cento nas mercadorias que traziam da China e revendiam na Europa. Como eles descobriram que as Américas estavam mais perto da Europa do que a China, e tinham na cabeça “sete mil por cento” não pensavam em outra coisa, vieram para as Américas com esse método do capitalismo mercantil para buscar mercadoria, para ter lucro. Chegaram aqui e não encontraram mercadoria nenhuma, porque nós estávamos no comunismo primitivo, nem existia mercadoria na sociedade “pindoramense”. Como não existia mercadoria, eles nos implantaram então um modo específico de organizar a agricultura, que foi chamado de *plantation*. O que é o sistema de *plantation*? Ele é a forma do capitalismo mercantil organizar a produção agrícola nas colônias, um sistema baseado em grandes unidades de produção extensiva, na produção para exportação — porque eles precisavam de mercadorias — e no trabalho escravo. Assim, na *plantation*, se associam: (1) grande extensão de terra; (2) exportação; e (3) trabalho escravo. Essas são as características fundamentais da *plantation*, que o capitalismo mercantil europeu impôs para sociedade brasileira. Nós éramos a colônia, do ponto de vista político e militar, e a forma de produção, que antes era tudo em comum, se transformou nisso aqui, em uma sociedade que organizou sua produção baseada em grandes unidades de produção, voltada para a exportação. Hoje, toda essa exportação no Brasil é de apenas dez por cento do PIB, mas durante os 400 anos de colonialismo nós exportávamos para a Europa 88 por cento de tudo o que produzíamos. Ora, se exportar fosse a solução, o país já teria se desenvolvido naquela época, porque nós chegamos a exportar 88 por de tudo o que produzíamos. Hoje exportamos 10 por cento, e a burguesia fica toda ouriçada. Ou seja, exportação nunca desenvolveu país nenhum. Você tem que resolver os problemas e as necessidades do seu povo, no seu território, e exportar o que é excedente. Bem, e a outra ignomínia desse período colonial é que, mesmo sendo capitalismo e o objetivo principal sendo o lucro, eles nos impuseram o trabalho escravo durante 400 anos, que marca até hoje a sociedade brasileira. Aproveito para fazer um alerta dos resquícios disso nos dias atuais. O Brasil é o único país que até hoje cresce o número de empregadas domésticas a cada ano. Nenhuma outra sociedade cresce o número de empregadas domésticas, porque ninguém tem como projeto: “Minha filha, o que você vai ser quando crescer?”, “Ah, eu quero ser empregada doméstica.” Alguém sonha com isso? Não, óbvio. Ou seja, a sociedade, quando se torna mais justa, mais igualitária, e as pessoas têm mais oportunidades, ninguém quer trabalhar limpando a cueca do outro, lavar o prato do outro. Isso aí a gente coloca máquina, não precisa você se humilhar para isso. Mas no Brasil, ainda hoje, é um país que cresce o

número de empregadas domésticas, e essa é a terceira categoria com maior número de trabalhadores. A primeira é de trabalhadores agrícolas (16 milhões), a segunda é trabalhadores do comércio (12 milhões) e a terceira, empregadas domésticas (8 milhões). Bem, isso é o quê? É herança da escravidão. [Por que qualquer “branquela”, quando aumenta sua renda e vira classe média, já sonha em contratar uma empregada doméstica. Ou não é? Sem falar mal de ninguém. Mas é assim a vida, eu estou só dizendo a vocês como é que é]. Então olhem só como a questão agrária influi nos dias de hoje. O Brasil é o único país do mundo em que os arquitetos, formados na USP, com o nariz empinado, ainda constroem apartamento com elevador social e de serviço. Para quê? No social, vão a madame e o cachorrinho; no de serviço, vão os empregados. Grande diferença, né? O Brasil é o único país do mundo em que os edifícios ainda têm esses dois elevadores. E isso é herança do quê? Porque a elite faz questão de dizer todos os dias para os pobres: fiquem no lugar de vocês

Terceiro: 1900 a 1980 [Já estou chegando perto, porque o relógio não para. Vocês me atrapalham, ficam dando risada!]. Nesse outro período, a nossa sociedade e o mundo, foram determinados pelo capitalismo industrial. Ou seja, os ricos, os capitalistas, continuaram ganhando dinheiro no comércio, mas o pólo principal de acumulação foi deslocado para as fábricas, as indústrias. Ou seja, o lucro é gerado explorando os trabalhadores através dos baixos salários. Então, no capitalismo industrial, a essência da exploração acontece lá na fábrica. Porque é lá que as mercadorias são produzidas. No século XX, a agricultura brasileira e, portanto, a questão agrária, ficou subordinada à indústria. E a posse e o uso da terra foram reorganizados voltando tudo para indústria. No período 1500-1900, era voltada para a Europa, para comércio; no período 1900-1980, era voltada para a indústria, para o mercado interno. Claro, para passar de um para o outro, houve uma crise aqui no meio. Sempre quando passa de um para outro há uma crise. Senão não muda. No Brasil, a crise principal que derrotou o regime colonial foi determinada por vários fatores que não temos tempo para aprofundar aqui. Mas o principal deles, do ponto de vista agrário, foi a fuga dos trabalhadores escravos. Quando eles conseguiram a libertação jurídica, na prática, 60 por cento dos trabalhadores escravizados já haviam fugido. A primeira lei de terras é de 1850 e introduziu a propriedade privada — até então não havia propriedade privada no Brasil, pois toda terra era monopólio da coroa. Em 1850, já no bojo da crise com a fuga dos escravos, Dom Pedro II promulgou a Lei 601, que determina que no Brasil, poderia existir propriedade privada da terra. Qual era a condição para isso? Que você tivesse dinheiro para comprá-la. Ora, quem tinha dinheiro para comprar terra? Só os ricos. Os grandes exploradores das áreas de *plantation* foram lá no cartório, compraram a terra da coroa, e se transformaram em latifundiários. Então essa lei de 1850 é na verdade o “batistério” do latifúndio, porque é ela que determinou a estrutura da grande

propriedade até hoje. E foi essa lei que impediu que os trabalhadores livres, os ex-escravos, pudessem comprar terras, porque o sujeito só podia ser dono de terra se tivesse dinheiro. Assim sendo, o Brasil, país enorme, com um monte de terra pública, teve três milhões de trabalhadores ex-escravos que conquistaram a liberdade, mas que não tiveram direito à terra. E o que aconteceu com esses trabalhadores da agricultura quando eles se livraram da escravidão? Eles foram para cidade, foram para cidades portuárias. De novo notamos aqui a importância de se estudar antropologia: é por essa razão que, até hoje, em todas as cidades portuárias do Brasil, a população é majoritariamente negra. Lá na minha terra, é o Rio Grande, o porto, onde a maioria da população é negra. Rio Grande e Pelotas. Vai subindo, aqui no sudeste, são as cidades de Santos, Rio de Janeiro, Vitória; no nordeste, Ilhéus — que era porto de exportação de cacau —, Salvador, Recife e São Luís. Cidades portuárias. Em todas essas cidades, 80 por cento da população é negra, fruto dessa questão agrária. Eles foram expulsos da possibilidade de terem terra.

Então, com essa herança na formação histórica, no início do século XX o capitalismo industrial reorganizou a posse, o uso e a propriedade da terra. E a primeira coisa que eles tiveram que resolver foi: Quem é que vai trabalhar na agricultura? Então eles tiveram que admitir e criar no Brasil uma classe que não existia: os camponeses. Como é que se formou essa classe de camponeses se ela não existia no período anterior? Essa classe teve duas origens. A primeira foi com a vinda de imigrantes europeus — os “branquelos” iguais ao meu avô. D. Pedro II, apavorado com a fuga dos trabalhadores para a cidade, foi para Áustria — a mulher dele era de lá —, foi por toda Europa, dizendo: “Venham, vocês que são pobres e não têm terra, venham que eu garanto a terra” — garantia, mas vendendo, né? E os imigrantes europeus vieram para o Brasil. Entre 1875-1914 cerca de 3,3 milhões de camponeses pobres vieram para o Brasil para substituir a mão-de-obra escrava. Se vocês olharem a estatísticas que estão no “O Povo Brasileiro” do Darcy Ribeiro verão que é praticamente o mesmo número: o dos que eram trabalhadores escravos e deixaram de ser, e o número de imigrantes camponeses que vieram da Europa. E a segunda origem dos camponeses foi o mestiço que não pôde ser escravizado, que tinha nascido no Brasil, não podia ser vendido. O mestiço, não tendo direito a terra, foi entrando sertão adentro, onde existiam terras públicas. No Brasil, no litoral, está localizada a *plantation*, com os escravos. Esse mestiço que não queria ser escravizado e nem podia ser comprado e vendido. Então ele foi entrando sertão adentro, como diziam os portugueses. “Sertão” é sinônimo de “lugar ermo”, onde não tem gente. Esse mestiço foi ocupando a terra sertão adentro, reproduzindo ali um modo de vida camponês. O que caracteriza o modo de vida camponês? O sujeito trabalha em família; em primeiro lugar, produz para o sustento da família e vende o excedente no mercado. No sábado, ele vai à vila, ao povoado, à cidade e entrega na feira o que lhe sobrou durante a semana. Esse é o camponês. Qual foi o apelido que esse

camponês mestiço recebeu? “Sertanejo”. Quem deu esse apelido foi Guimarães Rosa, naquela obra clássica que vocês devem ter lido: “Grandes Sertões: Veredas”. Então nessa situação, na questão agrária, o que chama a atenção é que surgiram os camponeses. E os camponeses compraram a terra, pois o governo vendia terra para eles. Ao longo do século XX, o capitalismo industrial precisou dos camponeses. Para quê? Primeiro, os camponeses produziam alimentos para cidade, pois a indústria precisava de comida para os operários. Quem é que produzia essa comida? Os camponeses. Assim, o governo passou a controlar os alimentos produzidos pelos camponeses para que fossem sempre baratos. Getúlio Vargas, que foi o principal governo nesse período, administrou com mão-de-ferro o valor da cesta básica. E até hoje — vejam como a questão agrária influi nas nossas vidas —, há uma relação direta entre salário mínimo e cesta básica. Ou seja, o salário mínimo é sempre um pouquinho a mais que a cesta básica. O que determina o valor do salário mínimo é a correlação de forças na sociedade, que é determinada pelo valor da cesta básica. Se a cesta básica continua baixa, os operários podem sobreviver com um salário mínimo baixo. Se a cesta básica sobe, vai ter greve. Então, o governo, que era um governo da burguesia industrial, foi administrando para os camponeses produzirem alimentos para a cidade, mas sempre baratos. Os camponeses eram explorados, mas conseguiam se manter para cumprir essa função: produzir comida barata para os operários. Segunda função dos camponeses: mandar mão-de-obra para a cidade. Os camponeses em geral têm famílias numerosas. Todas têm muitos filhos. Porque a lógica da produção camponesa, como eu acabei de dizer, é primeiro produzir para sua subsistência, e quanto mais braços tiver em casa, mais gente tem para trabalhar a terra. O camponês conhece a “tabelinha”, mas ele precisa é de mão-de-obra. Nessas famílias camponesas muito numerosas, parte desses filhos ia para cidade virar operário. Em outros países não foi assim. Os camponeses conquistaram a reforma agrária e a terra dividida foi para os filhos dos camponeses. Aqui no Brasil, não. A burguesia não quis fazer reforma agrária nesse período, embora existisse muita pressão dos camponeses, porque, no fundo, a burguesia precisava dos camponeses, mas não para que eles se reproduzissem de forma hegemônica; era para que eles virassem operários na cidade. E a terceira função do camponês era fornecer matéria-prima para a agroindústria. Durante muitos anos — vocês podem perguntar para os pais de vocês, já que a geração de vocês já não pegou isso —, por exemplo, o abastecimento de leite das cidades era feito pelos camponeses que iam com os cavalos e entregavam nas portas das casas. Aí veio uma lei e disse: “O leite pode estar contaminado, só vale se você vender para a Nestlé.” E os camponeses foram obrigados, então, a vender para o laticínio. Queijo mesma coisa. Até hoje os camponeses mineiros teimam em fazer seu queijo. O camponês mineiro tem essa fama de teimoso. É o um dos raros lugares do Brasil que ainda faz queijo, lá na Serra da Canastra, e vende na marra. Mas em todos os outros lugares, o camponês é obrigado a entregar o leite no

laticínio e quem faz o queijo é a fábrica. A Parmalat, a Batavo, a Nestlé, que são os três grandes laticínios que controlam todo mercado de leite do Brasil. Mas a mesma coisa aconteceu com o frango. Antes o cara ia à feira, comprar o frango vivo. Agora, se alguém pedir para as crianças desenharem um frango, elas desenharam o frango da Sadia; o dia que elas verem uma galinha de perto, elas vão se assustar. Isso foi o efeito da questão agrária, que obrigou os camponeses a vender para a indústria. Aí surgiram os frigoríficos, para fazer os embutidos, etc. E ao mesmo tempo, a questão agrária manteve a grande propriedade, que veio lá do outro período, que continua a produzir para exportação. Portanto, uma elite que continuou com a grande propriedade produzindo, produzindo, produzindo até hoje. Ela originou-se lá daquele período escravocrata.

O quarto período é o atual, de 1990 até agora. Hoje, estamos em um novo período que é dominado pelo capitalismo financeiro e pelas empresas transnacionais. De 1990 para cá, houve de novo uma transformação na questão agrária brasileira. Com a hegemonia do modo de produção geral, temos um novo tipo de capital, o capital financeiro. Ou seja, agora os capitalistas ganham mais dinheiro nos bancos, ganham dinheiro com juros, e nem se interessam tanto em botar fábrica. Por isso que estão falando: “O Brasil está se desindustrializando”, e é verdade. Anotem aí: em 1980, a indústria brasileira pesava 30 por cento do PIB. Em 2010, baixou para 16 por cento. Isso é a desindustrialização da economia. Ou seja, o centro de acumulação de riqueza no país não é mais dentro da fábrica, mas dentro do banco. Quem ganha dinheiro nesse Brasil são os bancos. E o outro pólo são as empresas transnacionais, essas grandes empresas que vem para cá controlar a agricultura. Então, houve no capitalismo brasileiro, desde os anos 90 — se vocês quiserem como referência, Collor e Fernando Henrique para cá — aonde essa forma do capital que se desenvolveu foi hegemônica. Agora a agricultura nem é mais dominada pela indústria, nem pelo comércio; é por esses dois pólos aqui: *bancos* e *empresas transnacionais*. E eles produziram uma aliança na agricultura que juntou o grande proprietário, mais o banco e mais a empresa transnacional. Se formou essa aliança que controla a posse, o uso e a produção agrícola. E essa aliança foi apelidada de *agronegócio*. O que é um aportuguesamento, porque até alguns anos atrás eles falavam em inglês: “Eu sou *agribusiness*”, de tão colonizada que é nossa burguesia. Mas então eles formaram uma associação brasileira do *agribusiness* (ABAG) aí muito gente criticou a vassalagem. E eles mudaram para “agronegócio”. Mas é copiado dos EUA. O que é o agronegócio? O agronegócio tem a mesma caracterização do sistema de *plantation*; é o modelo do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais de organizar a posse, o uso e a propriedade da terra. Ele organiza a questão agrária baseada em grandes escalas de produção; a cada ano eles precisam aumentar o tamanho da lavoura. Por quê? Porque esse grande proprietário, que é dono dessa terra, tem que dividir agora sua taxa de lucro com o banco e com a empresa que compra e vende os insumos. Então, para compensar

a divisão do lucro entre essas duas outras burguesias, ele sempre tem que aumentar a terra para compensar o que ele perdeu. Segunda característica: eles especializam em monoculturas. O sujeito planta só soja, ou só cana, ou só milho, ou cria só gado. Esses quatro produtos hoje dominam 70 por cento de toda a área agrícola brasileira. Esse loteamento é um absurdo. Como é que uma sociedade pode dedicar 70 por cento de seu território para apenas quatro produtos? Vocês comem soja todo dia? Vocês comem cana todo dia? Vocês comem milho? De vez em quando na feira, um milho verde vai. Carne de boi? Também comemos de vez em quando, embora o preço esteja cada vez mais alto. Mas falando sério: 70 por cento do consumo de carne do brasileiro é de aves e de porco, já que a maior parte do gado bovino é exportada. A produção de gado bovino no Brasil ocupa 200 milhões de hectares; 200 milhões de hectares são dedicados à pecuária extensiva. Isso dá umas quatro Argentinas mais ou menos. Está lá no censo. Nesses 200 milhões, criamos 220 milhões de cabeças de boi e vaca. É a maior concentração bovina do mundo. Porque aqui é mais concentrado do que na Índia; a Índia tem um rebanho maior, de 400 milhões, mas lá na Índia é disperso, cada família tem sua vaquinha. Aqui não, aqui é concentrado no Mato Grosso, no Centro Oeste. É, inclusive, o segundo fator de poluição do Brasil. O primeiro é o automóvel e o segundo é gás expelido pela quantidade de fezes do gado bovino. Dessas 220 milhões de cabeças, 70 por cento é para exportação. Quanto é que entra de dinheiro de exportações de carne? Seis bilhões de dólares por ano. Agora vamos olhar para um exemplo da indústria. A Embraer, em São José dos Campos — era estatal e agora foi privatizada e ninguém sabe de quem é, tem ações de capital estrangeiro de fundos de pensão, e algum capitalista brasileiro — ela ocupa, mais ou menos, 200 hectares de terras, dá emprego para 12 mil operários, e paga bem. E a Embraer exporta, por ano, oito bilhões de dólares. Qual é a organização social que tem mais função social: a Embraer ou esse bando de fazendeiro atrasado, que está abastecendo de carne, quase de graça — porque não tem nenhum valor agregado —, a Europa, a China, Irã, o Japão? Esse é o modelo que se implantou no Brasil. Ele é mais atrasado ainda do que no sistema capitalista industrial da Embraer. Agora nós estamos aqui, no século XXI, vivendo o fruto dessa nova aliança entre capital financeiro e empresa transnacional, e gerando o agronegócio, que se sustenta na monocultura.

Terceira característica: o agronegócio expulsa mão-de-obra. O agronegócio expulsa mão-de-obra e coloca a máquina, que são cada vez maiores.

Quarta característica do agronegócio: como se trata de monocultivo e não tem mão-de-obra, há dependência dos agrotóxicos. Eles colocam volumes cada vez maiores de veneno na terra, para matar os outros seres vivos que existem na natureza, porque eles dependem do monocultivo; eles só querem soja, soja, soja. Vocês não conseguem imaginar o que é, do ponto de vista da biologia, por

exemplo, a área da fazenda do Biagi, que é um senador e ex-governador do Mato Grosso. O cara tem 200 mil hectares de soja. Você olha de avião, é só soja. Não tem mais nada lá, nem formiga, nem plantinha, nada, nenhuma praga. Ou seja, isso é um genocídio, isso é um verdadeiro genocídio. É a matança de todos os gens de vida que podem ter na natureza. O negócio é soja, e quando se colhe a soja fica aquela natureza morta. E como é que eles matam? Com veneno. O Brasil se transformou no maior consumidor mundial em volume e *per capita* de veneno do mundo. Vou deixar aqui com o professor um documentário que acabamos de fazer, com o Silvio Tendler, que é o maior documentarista que nós temos. É uma aula de 56 minutos sobre as consequências dos agrotóxicos na vida de vocês, que tem tudo a ver com a questão agrária. Ou seja, você fica olhando a questão agrária como se fosse um problema de quem mora lá no campo... Não é. Tudo o que acontece lá no campo tem consequências diretas aqui, ou no nosso alimento, ou na nossa saúde, ou na expulsão da mão-de-obra, ou onde é concentrado o dinheiro.

Como é que os bancos ganham dinheiro com o agronegócio? Porque tem essa aliança com o banco e banco não planta nada. É muito fácil de entender. Esses grandes proprietários fazem uma agricultura cada vez mais cara, porque eles têm que comprar veneno, têm que comprar a máquina, os insumos, e eles não têm esse dinheiro. Então eles apelam para o banco. Hoje, o PIB agrícola que esse agronegócio produz está mais ou menos em 160 bilhões de reais por ano. Para eles produzirem 160 bilhões, o governo disponibiliza crédito nos bancos de 120 bilhões de empréstimos para eles. Na hora em que o sujeito colhe a soja, para quem que vai o lucro? Uma partezinha fica com o grande proprietário, mas a maior parte do lucro da soja vai primeiro para pagar o empréstimo. Vamos supor que seja só um fazendeiro. De 160 bilhões de receita que ele vai receber, 120 bilhões ele vai ter que devolver para o banco, mais os juros. Mais os 12,5 por cento de juros, que é a taxa mínima da SELIC. “Ah, mas o fazendeiro vai ter juros subsidiados!” Sim, os fazendeiros só pagam seis por cento, mas a diferença de 6,5 pro cento? Quem paga? Todos nós, pois é subsidiada pelo tesouro nacional. A outra parte do lucro fica com as empresas que controlam o comércio dos grãos e compram dos fazendeiros. O PIB agrícola vende os 160 bilhões desses quatro produtos, para apenas 50 grandes empresas, a maior parte delas transnacionais. Elas compram esse produto aqui e revendem no mercado interno e mundial por 240 bilhões. Então, as empresas transnacionais, de certa forma se apropriam de 80 bilhões, que certamente deve representar o lucro deles, mas que é produzido pelo trabalho na agricultura. Bem, esse é o modelo do agronegócio.

No modelo do capitalismo industrial, que vigorou durante todo século XX, havia a possibilidade de uma convivência dos camponeses com o capitalismo industrial. Por isso foi o século das reformas agrárias, porque interessava também para a burguesia ter o camponês. O

camponês tinha uma função, produzir alimento barato, produzir gente, operário. Agora eles estão despedindo os operários, então porque que precisa de camponês? Não tem mais emprego na fábrica, tem emprego no serviço. Quer ser empregada doméstica? Quer trabalhar no comércio? Aí tem. Agora, vá lá na Embraer para ver se tem mais empregos. Não tem; estão demitindo, estão modernizando. Não é assim que eles fazem? Nesse novo patamar do capitalismo e nesse modelo do agronegócio, não tem mais lugar para o camponês. Não cabe. Por isso ficou mais difícil a luta do MST pela reforma agrária. Virou uma verdadeira guerra ideológica. Nós queremos repartir a terra e eles dizem “não, isso é coisa atrasada, isso é do século passado.” Mas se vocês não fizeram no século passado, agora nós queremos. Então essas são as dificuldades. É por isso que o MST é tão humilhado na mídia. Porque agora, eles precisam derrotar as idéias da reforma agrária. Precisam derrotar a esperança dos camponeses poderem se reproduzir como camponeses. Por isso, todos os grandes meios de comunicação, televisão, revistas, grandes jornais batem sistematicamente contra todas as lutas sociais que os movimentos de camponeses fazem, seja o MST ou qualquer outro movimento. Batem nas lideranças, batem na idéia de reforma agrária. Mas nós não podemos desistir. Nós somos a mosca do Raul Seixas na sopa deles, então têm que matar a mosca. Porque nós somos a prova de que ainda tem pobre no campo, então eles têm que destruir. Então hoje a luta pela reforma agrária não é apenas uma luta pela posse da terra. Mas é uma luta de modelos agrícolas para a sociedade brasileira. E por isso que a burguesia precisa derrotar qualquer outra proposta, na mídia, que não seja a deles.

Com isso, encerro minha fala. Muito obrigado.

Javier Amadeo:

Meu caro João Pedro, muito obrigado por esta aula magistral sobre a história do Brasil. Rapidamente, vou passar a palavra para o professor Bruno Konder Comparato, nosso colega aqui do Departamento de Ciências Sociais.

Bruno Konder Comparato:

Boa noite a todos, é um grande prazer estar aqui com vocês. Alguns eu já conheço, outros eu vejo aí pelos corredores. O João Pedro Stédile, eu conheço já há alguns anos. Quando fiz meu mestrado conversei com ele. Vou falar aqui sobre a questão agrária no Brasil que é o tema deste evento, mas vou falar mais sobre os personagens, as pessoas, e vou chegar em um caminho, em um resultado, uma conclusão, próxima à do João Pedro Stédile, que é a importância da mídia.

A questão agrária no Brasil é um problema antigo, de 500 anos ou mais, como vocês

acabaram de ver, e quando digo problema estou entendendo que há soluções, porque para cada problema tem, pelo menos, uma solução. Então, a questão é ver quais são as formas de tratar este problema e como isso pode ser resolvido.

A questão agrária está obviamente relacionada com a propriedade, a posse da terra, como nós acabamos de ouvir. Até 1850, antes da Lei de Terras, não havia necessidade de uma lei de terras, porque havia escravos. Em meados do século XIX o Brasil percebeu que a escravidão estava com os dias contados, porque a Inglaterra não queria, porque esse país queria um mercado para desovar os seus produtos industriais. Assim, o tráfico de escravos foi inviabilizado pouco depois disso. Mas sem os escravos, que se tornariam livres um dia, havia um problema. No Brasil, não havia falta de terra; pelo contrário, há terra demais, há muita terra no Brasil. Até hoje há terras em que nada está sendo produzido. Então, o problema não era arrumar terra, era arrumar trabalhadores que podiam trabalhar nessas terras. Com a escravidão, era fácil: o sujeito era obrigado a trabalhar naquela terra. A partir do momento em que não havia mais escravos, seria necessário impedir que essas pessoas, agora livres, se instalassem nas terras disponíveis nesse grande Brasil. Então, o jeito foi tornar a terra prisioneira. Prisioneira de quê? Do certificado de propriedade.

A elite política brasileira da época era muito habilidosa e conseguiu postergar a abolição por mais 40 anos. Mesmo assim, essa disparidade entre aqueles que trabalham na terra e a propriedade da terra continua até hoje. Isso gera conflitos, e esses conflitos resultam em mortes, em coisas terríveis. Gabriel García Márquez escreveu o romance “Crônica de uma morte anunciada”, que conta a história de um personagem, Santiago Nasar, que recebe uma mensagem na casa dele dizendo o local, a hora e o motivo do seu assassinato. Todo o mundo na cidade sabia que ele vai ser assassinado — menos ele, frisa Gabriel García Márquez, porque se soubesse ele não sairia de casa naquele dia. Então vejam: esse detalhe é importantíssimo, porque mesmo o que seria impensável no romance de Gabriel García Márquez, o mestre do realismo fantástico latino-americano, acontece no Brasil hoje, porque há centenas de militantes que lutam pela terra ou de ambientalistas que sabem que vão ser assassinados, pois eles estão nas listas dos jurados de morte. Se vocês consultarem o site da Comissão Pastoral da Terra, lá tem a lista dos ameaçados de morte.

A Maria Joelma da Costa, que é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará e é viúva do sindicalista José Dutra da Costa, assassinado no ano de 2000 — ela também está na lista dos ameaçados de morte — disse assim: “A gente nunca sabe a hora do ataque. Eu não consigo nem ir à Igreja. Eles acabam com a vida da gente em vida. Mas eu vou continuar até o fim e quero que essa história não seja uma história de morte, mas uma história de vida, da vida dos trabalhadores.”

Então esta é a realidade de um grande número de militantes por aí a fora. Dois deles — vocês talvez tenham lido no noticiário — foram assassinados no dia 24 de maio de 2011. José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva caíram em Nova Ipixuna, a 600 km de Belém, no Pará. Um detalhe sórdido: a orelha do José Cláudio foi cortada pelos que o assassinaram. Vejam só: é o mesmo método que usavam os caçadores de escravos, no período colonial e durante o Império. Eles cortavam a orelha para provar que tinham capturado, que tinham assassinado o fugitivo. O José Cláudio estava na lista dos ameaçados desde 2001 e a esposa dele, desde 2005.

No dia seguinte a esse assassinato, José Sarney Filho, que foi Ministro do Meio Ambiente e hoje é deputado, estava na Câmara dos Deputados e leu da tribuna uma reportagem sobre este crime. Ele foi vaiado pelos deputados ruralistas e por uma parte do público que esperava o início da sessão legislativa que iria decidir o novo Código Florestal. Em novembro de 2010, alguns meses antes, portanto, da sua morte, José Cláudio, fez a seguinte declaração em uma palestra.

— Vivo com uma bala na cabeça a todo momento, porque protesto, denuncio os madeireiros, os carvoeiros, e por causa disso eles consideram que não posso existir. Eles querem fazer comigo a mesma coisa que fizeram com Chico Mendes, com Irmã Dorothy. Posso estar aqui hoje, contando tudo isso, e daqui a um mês vocês podem ficar sabendo que desapareci”.

Ou seja, ele sabia que iria morrer. A mesma coisa aconteceu com Chico Mendes, já faz bastante tempo, foi em 1988. Muitos de vocês ainda nem eram nascidos quando ele foi assassinado, mas vocês conhecem o Chico Mendes. O ano de 1988 foi o ano da nossa constituição, a “constituição cidadã”, que promovia direitos, prometia uma série de coisas. Pois bem, eu vou ler um trecho de uma entrevista concedida pelo Chico Mendes ao Jornal do Brasil no dia 9 de dezembro, mas que só foi publicada nos dias 24 e 25 de dezembro, dois dias depois da sua morte no dia 22. Ele morreu em Xapuri, no Acre, e o entrevistador perguntava assim:

— Quem mais o ameaça publicamente?

Resposta de Chico Mendes:

— Agora são dois fazendeiros em Xapuri, no Acre, os proprietários da fazenda Paraná, Darly Alves e Alvarino Alves. São irmãos, estão inclusive foragidos da justiça com mandado de prisão decretado. Desde 1973 esses dois fazendeiros tinham ordem de prisão no Paraná. Nós invocamos essa ordem de prisão para o Acre, e confiamos, infelizmente, no superintendente da Polícia Federal, Mauro Sposito, que reteve durante 16 dias essa ordem de prisão. Segundo o próprio juiz da comarca de Xapuri, tal retenção

não foi por acaso, houve uma expectativa inicial de quem teria avisado os dois foragidos da justiça. Hoje estamos absolutamente convencidos, por informações vazadas do próprio departamento da Polícia Federal, que esses dois fazendeiros são amigos do delegado da Polícia Federal do Acre, Mauro Sposito. Os irmãos já mandaram assassinar mais de 30 trabalhadores.

E assassinaram Chico Mendes. E ele sabia, ele disse os nomes. Não só ele sabia que ia morrer, como sabia quem ia matar e porque. No dia 5 de dezembro, duas semanas antes de morrer, ele até apresentou uma mensagem de despedida, dizendo assim:

— Não quero flores no meu enterro, pois sei que irão arrancá-las da floresta. Quero apenas que o meu assassinato sirva para acabar com a impunidade dos jagunços sob a proteção da Polícia Federal do Acre, que de 1975 para cá já matou mais de 50 pessoas como eu, líderes seringueiros empenhados em defender a floresta amazônica e fazer dela um exemplo de que é possível progredir sem destruir. Adeus, foi um prazer. Vou para Xapuri ao encontro da morte, pois dela ninguém se livra, tenho certeza. Não sou fatalista, apenas realista. Já denunciei quem quer me matar e nenhuma providência foi ou será tomada. O delegado da polícia federal do Acre, Mauro Sposito, me persegue e não é de hoje. E não tenho nenhuma dúvida de que os pistoleiros levarão a melhor por um motivo: o delegado mandou cassar meu porte de arma, sob a alegação de que tenho ligações com uma entidade alienígena e comunizante. É a fundação Ford, dos EUA, veja só.”

Tem um terceiro personagem que vocês conhecem que é a Dorothy Stang, uma missionária americana assassinada no dia 12 de fevereiro de 2005, em Anapu, no Pará. As datas são importantes. Ela foi morta no dia 12 de fevereiro, e no dia 3 de fevereiro daquele mesmo ano, Dorothy e outros militantes dos direitos humanos denunciaram para as autoridades de Brasília que tinham ido a Belém promover o Programa de Proteção aos Militantes de Direitos Humanos as ameaças que ela e outros trabalhadores rurais da região, no Pará, sofriam. No dia em que a Dorothy foi assassinada, a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, estava no Pará para a inauguração de uma reserva extrativista chamada “Verde para Sempre”. Segundo os analistas da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), o assassinato de Irmã Dorothy foi um recado direto para a ministra e para o governo brasileiro: “não se metam aqui nesses assuntos”.

A Comissão Pastoral da Terra é a fonte mais segura de informações para essas questões de conflitos no campo — se vocês quiserem obter dados sobre assassinatos no campo, sobre conflitos, vocês podem procurar no site da Comissão Pastoral da Terra. Pois bem, a Comissão Pastoral da

Terra contabiliza mais de 700 mortes decorrentes de conflitos agrários nos últimos 30 anos, *só no Pará*. Em 1992, foi instalada no Congresso Nacional uma comissão parlamentar de inquérito, a “CPI da Pistolagem”, e a conclusão desta CPI é estarrecedora: no Brasil, é mais barato e mais eficaz contratar um pistoleiro do que um advogado. Isso acontece porque o poder judiciário não funciona. As decisões não são justas, não são rápidas, não são eficazes, pelo menos em questões que envolvem conflitos no campo. Os únicos crimes levados ao júri são aqueles que obtêm alguma repercussão internacional, como foi o caso do assassinato de Chico Mendes, o Massacre de Eldorado dos Carajás, a morte da Irmã Dorothy. Um levantamento recente do governo federal mostra que 98 por cento das mortes no campo no Pará ficaram impunes. Repito, 98 por cento das mortes que aconteceram em decorrência de conflitos no campo no estado do Pará, entre 2001 e 2010, ficaram impunes. Foram 180 conflitos e 219 mortes. Dessas 219 mortes, apenas em quatro casos, foi feito um boletim de ocorrência, instalado e realizado um inquérito, que resultou em uma denúncia por parte do Ministério Público, que deu origem a um processo judicial que vai a julgamento. Esse é o caminho que é preciso percorrer para se fazer justiça. Pois bem, quatro casos entre 219 seguiram esse caminho nos últimos dez anos, e houve apenas uma condenação. Nos outros três casos, houve julgamento, mas os responsáveis pela morte foram absolvidos. Sessenta e um por cento dos casos nem chegaram à Justiça e 20 por cento deles sequer foram investigados, ou seja, foi feito um boletim de ocorrência, mas isso não gerou nenhuma investigação.

Isso tudo que acabei de expor para vocês revela é que há conivência das autoridades do Poder Público, da Justiça, senão isso não poderia acontecer. Os mandantes das mortes até desafiam o Poder Público, enviam recados, não estão nem aí, porque eles têm certeza da impunidade. Tudo isso que acabei de contar, vocês podem comprovar por meio de relatos e notícias nos meios de comunicação. Como é que podemos saber a respeito da questão agrária, a respeito dos conflitos decorrentes dessa situação extremamente desigual da propriedade da terra, da posse da terra, como mostrou João Pedro Stédile? Sabemos disso a partir da mídia, dos meios de comunicação. E outra coisa: esses relatos que chegam a nós — sabemos inclusive o nome desses indivíduos que morreram — porque eles pertenciam a algum movimento, a algum sindicato, tinham ligações com a sociedade civil internacional, por isso é que a gente sabe a sua história.

Então temos que refletir sobre isso, sobre a importância do papel dos movimentos, das organizações de luta pela terra — como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra —, dos movimentos ambientalistas, dos movimentos sociais, e temos que levar em conta também o papel da mídia para o nosso conhecimento desse assunto. Só que aí tem um problema, que é o seguinte: os movimentos sociais só aparecem na mídia sob o prisma da violência, do conflito. O

próprio vocabulário utilizado pelos meios de comunicação é o do conflito. Já perdi a conta do número de vezes em que dei uma entrevista para a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo — e eu digo que perdi a conta não porque quero me gabar, mas porque não sei mesmo, pois as entrevistas nunca foram publicadas. Nunca foram publicadas porque eu nunca disse o que eles queriam ouvir para publicar no jornal. Agora eles não me chamam mais, porque viram que não adianta. Os repórteres sempre se referiam à “*invasão* da fazenda tal”. Eu explicava: “Olha, veja bem, o MST utiliza a expressão *ocupação* e não *invasão*.” Fiquei pensando sobre isso, pois é algo significativo, bastante revelador. “*Invasão*” faz parte do vocabulário militar. Quando você diz “*invasão*” você pressupõe que a pessoa invade a terra para ficar lá e se defender a qualquer custo. Agora, os movimentos que lutam pela terra, eles não fazem *invasões*, mas *ocupações*, porque quando chega o Poder Público eles saem — eles são obrigados a sair. Eles não têm como resistir a uma tropa de choque, a um batalhão da Polícia Militar. Os movimentos sociais que lutam pela terra não são armados, ao contrário do que vocês podem ler em algumas reportagens ou editoriais, todos eles negativos com relação aos movimentos sociais que lutam pela terra, e que exaltam, insistem no conflito. Por que insistem no conflito? Aí penso que há duas razões. Uma que é decorrente da própria lógica do que é o movimento social. O movimento social tem que abrir espaço, tem que mudar a correlação de forças na sociedade, e isso não se faz sem conflito, tem que brigar, tem que lutar. Então, tem essa realidade da razão de ser dos movimentos sociais e a lógica da luta dos movimentos sociais. Mas, por outro lado — e eis aí uma segunda razão para que a mídia só trate dos conflitos —, podemos nos perguntar: o que é um jornal, impresso ou de televisão? É o retrato do que mudou de ontem para hoje, ou se for uma revista semanal, é um retrato do que mudou da semana passada para cá. Uma consequência disso é a grande dificuldade para a mídia tratar o assunto. Como é que você vai tratar o movimento social na mídia? O movimento social trabalha com tempos dilatados, as mudanças demoram anos para acontecer. Então isso pode ser tratado adequadamente em um estudo acadêmico na universidade. Agora, na mídia é muito difícil você mostrar essas mudanças que acontecem num longo período. Além disso, o conflito gera imagens espetaculares. Então o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra pode permanecer, por exemplo, um dia inteiro na frente da sede do Incra, mas a foto que é publicada é o momento do confronto, quando uma vidraça quebrou, quando, enfim, a imagem fica mais bonita, atrai mais leitores.

Qual a conclusão disso tudo? A conclusão é que não se pode pensar a questão agrária no Brasil sem pensar nos meios de comunicação e na distribuição, ou melhor, na concentração desses meios de comunicação. A deputada Luiza Erundina, que vocês conhecem, veio da Paraíba para São Paulo — primeiro como assistente social, depois entrou na atividade política — com um objetivo: lutar pela reforma agrária. Quando se elegeu deputada, ela foi para Brasília tendo como principal

plataforma a luta pela reforma agrária. E ela, por acaso, foi cair na comissão que decide a renovação das concessões de rádio e televisão. Aí ela descobriu — essa que é a questão importante — como estas concessões são disputadas no grito, quando não há uma negociação ali nos bastidores. Hoje em dia ela milita pela democratização dos meios de comunicação.

Mas eu não queria terminar num tom pessimista e acho que a gente pode considerar que houve avanços na luta pela terra, no tratamento da questão agrária. E eu proponho que vocês façam um pequeno exercício que o meu professor, Paulo Sérgio Pinheiro, propunha: “Quando ficamos muito desanimados, é só fazer o seguinte exercício: devemos retroceder de dez em dez anos e então veremos que as coisas, apesar de todas as dificuldades, melhoraram.” Então, estamos em 2011. Em 2001, os movimentos de luta pela terra eram criminalizados pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Começou a fazer assentamentos e aí viu que isso só dava Ibope para os movimentos de luta pela terra e que só cresciam as reivindicações; então ele resolveu ser mais duro. Em 1991, durante o governo Collor, a situação era ainda pior, o governo tratava os movimentos sociais com mão-de-ferro. Em 1981, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra estava começando. Em 1971, em plena ditadura, ninguém ousava sair às ruas com uma bandeira vermelha, pedindo licença para poder cultivar a terra, enfim, e assim por diante. Então, quando a gente faz esse exercício, vê que houve avanços.

Vou ficar por aqui porque acho que vocês querem fazer muitas perguntas ao João Pedro Stédile, senão não haverá tempo. Muito obrigado.